

Mapeando argumentos no sofisma '*omnis homo de necessitate est animal*'

Ernesto Perini-Santos

psantos@fafich.ufmg.br

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

resumo O sofisma '*omnis homo de necessitate est animal*' é um dos mais discutidos na literatura filosófica medieval. Meu objetivo neste texto é o de propor uma hipótese de análise das estratégias argumentativas para uma resposta positiva, isto é, que considera esta frase verdadeira. Para isto, trabalharei com três textos: a hipótese será formulada a partir da leitura do *Anonymus GC611*, soph. 7, e será em seguida testada, de maneira preliminar, nos bem mais longos *Anonymus Erfordensis* e Gonville e Caius 512-543. Uma estratégia postula próprio de ser como *relatum* de uma frase descrevendo a essência de algo, enquanto a outra propõe que tais sentenças são tornadas verdadeiras pela *species* associada a sua apreensão.

palavras-chave necessidade; essência; verdade; sofisma; modalidade

I – Introdução

O sofisma '*omnis homo de necessitate est animal*' é um dos mais discutidos na extensa e dispersa literatura sofismática medieval, e cobre tópicos diversos, como a natureza da necessidade e a estrutura sintática da frase. Meu objetivo neste texto é o de propor uma primeira abordagem para analisar duas estratégias argumentativas para uma resposta positiva, isto é, que considera esta frase verdadeira. Para isto, tratarei de um pequeno sofisma (*Anonymus GC611*, soph. 7) publicado por Sten Ebbesen e, em seguida, examinarei esta hipótese sobre dois textos mais importantes, também editados (mas não publicados) por Ebbesen.

Recebido em 2 de dezembro de 2009. Aceito em 4 de fevereiro de 2010.

doisPontos, Curitiba, São Carlos, vol. 7, n. 1, p.11-22, abril, 2010

Há uma motivação básica para a resposta positiva: a frase expressa uma definição real, indica a essência do homem, portanto expressa uma verdade necessária. Uma estratégia para a resposta é fornecer um referente onde ele parece faltar, como na situação de nenhum homem existir. O referente terá a estabilidade de “fazedores de verdade” de proposições necessárias: uma verdade necessária é sempre verdadeira, e uma sentença é verdadeira sobre algo, logo sempre existe algo que torna uma sentença necessária verdadeira.

Contra a resposta positiva, há uma linha de resposta central: a frase trata de seres contingentes, mais precisamente, de seres contingentes que pertencem a uma espécie cuja instanciação também é contingente. Não há “fazedores de verdade” necessários para uma tal frase. A expressão ‘fazedores de verdade’ remete a significados complexos, a *complexe significabilia*; este não é o caso. Devemos trocar esta nota promissória complexa na moeda miúda de indivíduos, que, justamente, não estão disponíveis. Esta tensão básica ontológica é dobrada de um problema sintático: o termo ‘*omnis*’ parece exigir a distribuição a indivíduos. Até onde iremos neste artigo, este ponto não será examinado.

Utilizarei um texto anônimo não conclusivo do séc. XIII para um mapeamento inicial de argumentos. Examinarei em seguida parte de um outro anônimo do século XIII, *Anonymus Erfordiensis* – ou talvez um texto de Roberto Kilwardby¹ –, bem mais complexo. Vou tratar alguns textos sem examinar a literatura secundária sobre este sofisma, e, em particular, a interpretação de Alain De Libera. Vale notar, em todo caso, com De Libera, que ele leva a discussões que dizem respeito a uma tese condenada em Oxford em 18 de março de 1277, justamente por Kilwardby: *veritas cum necessitate est cum constantia subiecti*.² O problema pode ser então colocado do seguinte modo: temos uma proposição necessária para a qual não há, em qualquer sentido óbvio, um sujeito constante, i.e., existente.

II – *Anonymus GC611*, **Sophisma 7**³

Aqui está a motivação básica:

Veritas in propositione affirmativa causatur ex identitate praedicati cum subiecto; sed posito quod nullus homo sit, praedicatum est idem cum subiecto; ergo etc. [Ebbesen, 2006, p. 147]

O sujeito e o predicado, claro, não são o mesmo. Esta razão remete às condições de verdade de toda frase afirmativa, presumivelmente, a identidade da suposição. Mesmo se este modo de falar deve ser ele mesmo qualificado, há ainda uma outra compreensão, que merece ainda mais qualificações: a identidade em questão é a identidade entre os dois lados de uma definição. Este não o caso aqui: pode haver animais sem haver homens.⁴ A primeira resposta esboçada diretamente sobre este ponto não responde a esta objeção: se x é da essência de y , x é o mesmo que y . É claro que este não é caso, não se trata de uma relação de identidade. O sofisma parece estender esta tese razoável ao caso no qual se liga, pela cópula, o *definiendum* com um membro do *definiens*. Esta é a linha do segundo argumento: o que inere por si, inere necessariamente, e esta é uma inerência por si, já que o predicado cai na definição do sujeito.⁵ Voltamos à motivação central sem recorrer à noção de identidade; como veremos, embora a noção de identidade reapareça, ele deve ser substituída pela inerência *per se*.

Também a resposta *quod non* retoma o que pode ser identificado como a estratégia central contra a resposta positiva:

In omni re ista se habent per ordinem, esse, intelligere et significare, ita quod veritas in voce vel in sermone causatur a veritate in intellectu, et veritas in intellectu a verita in re. Sed nullo homine existente non est veritas in re, et per consequens nec intellectu nec in sermone. [Ebbesen, 2006, p. 147]

Este argumento, mais próximo da motivação central negativa, não introduz idéias que serão corrigidas ao longo argumento. A estratégia do *quod non* será essencialmente de contra-ataque, a partir do argumento esboçado acima. Note-se a introdução de um nível intermediário, *in intellectu*, que desempenhará um papel nesta história.

Esses são os primeiros movimentos, as *rationes principales*. O argumento *quod sic* inicialmente vai procurar novos referentes, mais precisamente, novos tipos de referente. Assim, para responder ao contra-ataque *quod non* – o homem destruído, a essência do homem também é destruída (4.2.2), propõe uma distinção entre *quiditas* e *essentia*; se todos os homens são destruídos, a *quiditas* é destruída, mas não a essência: *essentia hominis autem manet semper*. (5.1) Este movimento um tanto estipulativo aponta numa direção que será o ponto de chegada desta estratégia apontada

acima: postulação de um ser, o *esse essentiae*, que sobrevive à destruição de suas instâncias.

Os argumentos seguintes indicam outras pistas de resposta. 5.2 questiona o argumento da ausência da coisa à ausência da verdade: perde-se assim a distinção entre o caráter complexo da verdade e o caráter incompleto da coisa. Mais uma vez, este é um tópico comum em outros textos; para a resposta *quod sic*, os caminhos podem ser o de postular uma coisa complexa, correspondente à verdade, mas, mais usualmente, o de postular uma verdade incompleta (6.2 sugere uma extensão um pouco estranha neste sentido).⁶ 5.3 sugere uma extensão a homens passados, presentes e futuros, a partir do significado do termo ‘homem’ – termo que, como todo substantivo, significa atemporalmente. 6.4 não adota a resposta natural, que seria identificar *constraints* temporais do verbo sobre aquilo que é relevante para a verdade da proposição – o significado de um termo não é diretamente sua contribuição para as condições de verdade de frases, existem condições frasais (no caso, o tempo da cópula) que determinam, a partir do significado do termo (para suposições significativas), a suposição do termo, que é o que figura nas suas condições de verdade. A resposta acrescenta uma *constraint* devida à natureza do extremo que, neste caso, nada ajuda – não uma determinação do grupo sujeito complexo, nem do grupo predicado agindo sobre o grupo sujeito, mas do tipo de ser que pode ter o que é significado pelo extremo. Assim como 5.3 explora a extensão toda do significado do termo atemporalmente, 6.4 diz que, em alguns casos, podemos buscar coisas fora do ser, coisas apenas inteligidas:

chimaera est chimaera’, quia chimaera non habet esse nisi secundum quid sive in opinione, ideo tale esse huic copulatur, copulatur enim esse solum secundum naturam extremorum. [Ebbesen, 2006, p. 151]

A conexão com 5.3 parece ser a de explorar o significado do termo. Mas este não é o caso aqui; se homem existe, é uma *vera res*, e não uma mera coisa inteligida.

Esta resposta é interessante por procurar identificar, na estrutura da frase, além das instruções sincategoremáticas, instruções sobre o que pode tornar a frase verdadeira, instruções sobre a suposição, no significado do termo.

Os argumentos seguintes, em particular 5.7 e 5.8, exploram pistas diferentes que apontam para uma estratégia diferente daquela inicialmente

vista. Segundo 5.7, ‘*homo est animal*’ pode ser reduzida a uma proposição na qual *praedicatur idem de se*. O argumento toma então um caminho particular: ao invés de argumentar por uma base ontológica positiva para verdade, procura mostrar que a frase oposta não pode ser falsa,

quia falsitas in propositione causatur ex repugnantia praedicati ad subiectum, quia homo est quoddam simplex intellectum comprehensum ab intellectu; si ergo esset hic repugnantia praedicati ad subiectum in eodem esset repugnantia, quod est inconviens. [Ebbesen, 2006, p. 150]

O argumento desdobra-se do seguinte modo:

(a) se ‘A é B’ é falso, então ‘A’ e ‘B’ são incompatíveis (*falsitas in propositione causatur ex repugnantia praedicati ad subiectum*) [o alcance desta tese não é definido];

(b) ‘*homo est animal*’ reduz-se a ‘*homo est homo*’, por Aristóteles⁷;

(c) se ‘*homo est animal*’ é falsa, *nullo homine existente*, então ‘*homo est homo*’ é falsa, *nullo homine existente* [por (b), que não deve ter seu alcance diminuído pelo acréscimo de ‘*nullo homine existente*’];

(d) Segundo o oponente, ‘*homo est animal*’ é falsa, *nullo homine existente*;

(e) então, ‘*homo est homo*’ é falsa F [por (c) e (d)];

(f) ‘*homo*’ e ‘*homo*’ são incompatíveis [por (a) e (e)], *quod est inconviens*

O argumento desvia-se da estratégia inicial ao dirigir o foco à noção de falsidade, e se livra assim do preço ontológico pago por ela. 5.7 permanece no entanto próximo da motivação básica, ele a coloca mesmo de maneira explícita.

Contra 5.7, 6.6 recusa (a); *repugnantia* é apenas uma *causa falsitatis*. Se dois extremos são incompatíveis, a proposição é falsa, mas uma proposição pode ser falsa sem que os dois extremos sejam incompatíveis; a *causa falsitatis* pode ser outra, pode situar-se na não existência dos extremos.

O último argumento volta a centrar na verdade e busca uma base positiva, mas uma base positiva pouco diferente da sugerida acima.

(a) *species in sensu*, e em seguida *in intellectu*, permanecem no intelecto e explicam a memória;

(b) a verdade é causada pelas coisas tal como apreendidas pelo intelecto;

(c) a existência da causa garante a existência do efeito;

(d) Se as *species* são as coisas como inteligidas, a causa de verdade das

proposições permanecem mesmo depois do desaparecimento da *vera res* [por (a) e (b)];

(e) logo, a existência da verdade é garantida pela existência da *species* [por (c) e (d)]

A existência do portador de verdade também é garantida por um mecanismo similar (*propositio est quidam effectus rationis*). Como o que é verdadeiro, a proposição, pode ser produzido pela razão sem a coisa, a verdade não depende, em nenhum de seus *relata*, da existência de coisas *extra*. O ponto sensível, claro, é (b), que será recusado em 6.7: a verdade depende de coisas fora do intelecto.

O traço comum aos dois últimos argumentos, como revelado pelas respostas, está na tentativa de justificativa a verdade da proposição por um traço de conceitos sem recorrer a coisas fora da alma. O problema central está em saber em que a tese relativa à existência de *species* no intelecto contribui para a solução de um problema semântico – a premissa central é (b), não (a). Esta é, como veremos, a tese do *Anonymus Erfordensis*, a tese de Kilwardby, se dele for este texto.⁸

Resultados parciais:

1. Há uma estratégia de postular um tipo de ser especial, que forneça a estabilidade no ser correspondente a uma proposição necessária – que chamaremos de estratégia 1;

2. Há uma outra estratégia que se baseia na tentativa de encontrar no intelecto, independente das coisas *extra*, a explicação para a verdade da sentença – a estratégia 2;

3. Como um produto secundário, em 5.6, a sugestão de que é necessário encontrar uma *constraint* frasal para explicar o eventual deslocamento da *causa veritatis*, pela suposição por um tipo de ser diferente, como sugerido pela estratégia 1.

III - Anonymus Erfordensis, Erfurt, 4° 328, Fol. 7vb-10rb, Ricardo da Cornualha, Gonville e Caius 512-543⁹

Na estratégia 1, a distinção que indica a postulação de um *esse essentiae* terá de fato um papel importante. Ela aparece, no *Anonymus Erfordensis*,

associada a um ponto que não é destacado, embora esteja presente, no nosso sofisma guia: a distinção entre verdade complexa e incompleta, que é associada diretamente à distinção entre necessidade complexa e incompleta. O que esta distinção permite é a criação de um espaço para introdução de um novo tipo de ser. O principal argumento a favor da distinção recorre a uma diferença entre termos substanciais e termos acidentais: nos termos substanciais, há uma diferença entre ser e inerir – em oposição aos termos acidentais, já que o ser do acidente é ser inerente a algo (*accidentis esse est inesse*) –, e as determinações do ser e do inerir serão, de maneira correspondente, diferentes, logo as necessidades serão diferentes. Deste traço de termos substanciais segue-se a distinção entre dois tipos de necessidade, que serão associadas ao ser e ao inerir.

Este primeiro argumento faz alusão à compreensão da necessidade – e, mais geralmente, de modalidades aléticas – como uma modificação da cópula, ou como modificações do verbo ‘*esse*’, que pode ter diferentes sentidos. É claro que o que vem à mente é a distinção entre ‘*esse*’ como *secundum adiacens* e como *tertium adiacens*, e a necessidade modificando cada um destes sentidos indicando quer a necessidade do termo – i.e., a necessidade da existência do portador do termo –, quer a necessidade da ligação entre termos – i.e., a necessidade da relação. Veremos no entanto a distinção deve se situar nos usos do verbo ‘ser’ como *tertium adiacens*. Na frase em questão, os termos são substanciais, portanto a distinção se aplica; a necessidade na frase é a necessidade da relação, e não a necessidade do termo, da existência do portador.¹⁰

Os argumentos contrários procuram mostrar que as propriedades da relação se seguem das propriedades de seus termos, logo, a necessidade da relação segue-se da necessidade dos termos. Esta resposta atinge em cheio o primeiro argumento, que procurava justamente postular a necessidade da relação sem a necessidade dos termos. Um caminho indireto para o problema apontado na resposta básica à estratégia 1: não há como se pretender a necessidade da sentença sem a existência dos portadores. Os argumentos se desdobram de maneira próxima da motivações principais de *quod sic* e *quod non*, ligando-as com outras teorias importantes, como a teoria das relações ou das modalidades.

De modo análogo, os argumentos tratando diretamente da verdade e da falsidade da proposição desdobram motivações já encontradas. Do lado

do *quod sic*, dois argumentos: um predicado que figura na definição de um sujeito inere necessariamente a este sujeito¹¹ e a impossibilidade de se encontrar contra-exemplos. *Quod non*: é possível que não existam homens; se homens não existem, não são animais; logo é que nenhum homem seja animal é possível.¹² As motivações restam exteriores à estratégia 1: vemos razões para se pensar que a proposição é verdadeira e que é falsa, mas não a explicação de sua verdade e o ataque a esta explicação, que é o essencial do sofisma.

O segundo argumento para a falsidade do sofisma e a resposta a ele esboçada nos levam ao ponto central das duas estratégias de defesa da resposta *quod sic*. Trata-se de uma série de implicações

- a) Se o homem é animal, logo o homem é substância;
- b) Se o homem é substância, logo o homem é ente (*ens*);
- c) se o homem é ente, o homem existe;
- d) se o homem é animal, o homem existe [reiteração de S.H., a-c]
- e) *ex hypothesi*, não existem homens;
- f) homem não é animal [MT, 4-5;]
- g) se não existem homens, o homem não é animal. [prova condicional a-f; trata-se, claro, da contraposição de d]

A apresentação deste argumento no *Anonymus Erfordensis* é mais indireta do que o que se poderia esperar: a) '*est*' significa *per modum actus* o que '*ens*' significa *per modum habitus*; b) em todo nome '*ens*' é inteligido. Poder-se-ia argumenta do seguinte modo: '*homo est animal*' implica '*homo est ens*', e '*homo est ens*' implica '*homo est*'. Não está claro por que deve-se passar por '*homo est substantia*' – afinal, '*animal*' também é um nome, no qual '*esse*' é inteligido. O passo (a), por outro lado, é crucial, já que ele permite tirar a significação verbal da significação nominal. Tudo reside na passagem de 'F é G' a 'F é', para qualquer F e qualquer G – a não ser, é claro, que haja uma restrição no tipo de termo que permite esta passagem.

Há duas respostas a este argumento, que revelam as duas estratégias que respostas positivas ao sofisma. Uma delas, que identifiquei acima como a estratégia 1, é apresentada em dois textos que Ebbesen traz em nota [*textos 5-6*]: há um *esse essentiae*, que é o que é significado nesta frase, e que não permite a inferência para a existência em ato do sujeito. A idéia que existe um ser específico da essência, que aparece no nosso primeiro

sofisma, desempenha um papel crucial aqui: nem toda inferência ‘F é G, logo F é’, ou ‘a é G, logo a é’, é válida. Onde situar esta distinção? Do ponto de vista da organização frasal, os dois textos citados parecem localizar a diferença no verbo ‘ser’: ele às vezes, tomado como terceiro adjacente, implica a si mesmo como segundo adjacente, às vezes não. Quando ele o faz? A diferença só aparece no contexto de uma proposição, e o que é significado pelo verbo ‘ser’ – o que aqui vamos tomar como relevando de uma definição implícita: se a inferência em questão é autorizada ou não, o verbo ‘ser’ tem diferentes sentidos. Não é simples propor uma compreensão direta dos supostos diferentes significados da cópula, que parece um puro sincategorema. A autorização ou não da inferência depende da exigência ou não, daquilo a que é adjacente, da existência atual do sujeito. Dito de outro modo: o que é significado pela cópula depende da natureza do predicado e, mais precisamente, se o predicado só pode ser inerente ao que existe ou não.

A linha que separa um caso de outro cai exatamente sobre o ponto do primeiro movimento do *Anonymus Erfordiensis*: a inferência ‘F é G, logo F é’ só válida se G é um termo accidental, e não é válida se G é um termo substancial. As coisas começam a se encaixar: a distinção entre dois tipos de necessidade é justificada pela diferença entre termos substanciais e accidentais e é precisamente a que permite bloquear o argumento contrário. Claro, a estabilidade do *esse essentiae* está em continuidade com uma tese que é indicada no nosso sofisma inicial: destruído todos os homens, permanece a essência. De maneira mais clara: a necessidade de essência é garantida pelo *esse essentiae*, e este *esse* é o que significado pelo sujeito de uma frase cujo predicado indique uma característica que lhe é essencial. Para a verdade desta frase, não é necessária a existência em ato do sujeito. O caso é diferente quando o predicado significa uma propriedade accidental: uma frase deste tipo só pode ser verdadeira se o sujeito efetivamente existir.

Esta não é a solução adotada pelo *Anonymus Erfordiensis*.¹³ A inferência é bloqueada porque as frases que compõem as inferências (a)-(d) são verdadeiras em virtude da *convenientia intellectuum*. Esta *convenientia*, que não é outra coisa senão o último argumento do sofisma inicial, não permite a inferência à existência de coisas *ad extra*, porque não é necessário, para que dois conceitos tenham uma relação qualquer, que

exista aquilo a que eles se referem. Mais precisamente, que um conceito esteja incluído em outro, ou inteligido em outro, não é necessário que ele tenha instâncias. A base ontológica, a mesma sugerida no primeiro movimento, a existência de *species* no intelecto, parece dever ser aceita por razões independentes do problema em questão.

Inicialmente, a seguinte comparação parece poder ser feita entre estas duas estratégias:

[1] A estratégia 1 postula um tipo de ser que parece ser necessário para resolver apenas problemas metafísicos – o *esse essentiae* não tem uma motivação realmente independente dos argumentos do sofisma, ou de argumentos deste tipo. A estratégia 2, por outro lado, encontra a base ontológica para a verdade da proposição em algo que é postulado por razões completamente independentes do problema em questão, a *species*.

[2] O *esse essentiae* é um *relatum* que é externo àquilo que é dito verdadeiro, ao passo que a *species*, sendo o elemento constituinte das intelecções, talvez não seja adequada para explicar a verdade desta proposição, se a noção de verdade deve exprimir uma relação entre o que é dito verdadeiro e algo sobre o que o que é dito verdadeiro o é.

Se [1] parece favorável à estratégia 2, que é ontologicamente menos custosa, por– ela não introduz nenhum tipo de ser que já não tenha sido postulado por razões independentes –, [2] é mais favorável à estratégia 1. Pode-se perguntar, por exemplo, se há alguma coisa que torna a frase ‘*homo est animal*’ verdadeira e, se não houver nenhum *relatum* que desempenhe este papel, se esta teoria não relacional da verdade é geral.

Talvez a resposta esta última pergunta venha de um elemento comum às duas estratégias *quod sic*. Ambas postulam um funcionamento semântico particular para frases cujo predicado significa a essência do sujeito, quer deslocando o que é significado do *esse existentiae* ao *esse essentiae*, quer levando a uma teoria da verdade que não exige relação alguma com coisas fora da alma, portanto não exigindo a existência de coisas fora da alma. O funcionamento particular desta frase, sugerido no primeiro sofisma pelo exemplo da quimera, fornece talvez uma pista de abordagem para este sofisma que unificaria as duas respostas *quod sic*. Mas para isto é certamente preciso reunir uma quantidade maior de textos que, anonimamente, iluminam-se uns aos outros.

¹ Edição não publicada de Ebbesen; sobre atribuição, ver De Libera, 2002, p. 43.

² De Libera, 2002, p. 35.

³ Ebbesen, 2006.

⁴ Cf. 4.2.1.

⁵ “Contra illa arguebatur probando animal simpliciter esse idem homini sic: illud quod est de essentia alicuius simpliciter est idem sibi; sed animal est de essentia hominis; ergo etc. Item, quae per se insunt, de necessitate insunt, per Aristotelem; sed haec est per se, quia praedicatum cadit in definitione subiecti; ergo etc.” Ebbesen, 2006, p. 147.

⁶ Paralelo direto em Erfurt: “*Distinguitur* haec dupliciter ex eo quod haec determinatio «de necessitate» quae aequipollet huic quod est «necessario» potest denotare necessitatem terminorum vel habitudinis terminorum. Si dicat necessitatem terminorum falsa [8ra] est, quia tunc est sensus « isti duo termini «homo» et «animal» sunt necessarii » [necessaria], vel « homo necessario est et animal necessario est », quod falsum est. Si dicat habitudinem [habitudinis] terminorum, tunc est vera et est sensus: habitudo hominis ad animal est vera; et haec est vera.”

⁷ “... per Aristotelem veritas istius ‘homo est animal’ reducitur ad illam propositionem ubi predicatur idem de se ‘homo est homo’, et similiter veritas cuiuslibet propositionis reducitur ad illam ubi predicatur idem de se per Aristotelem in quarto *Metaphysicae*.” Ebbesen, 2006, p. 150.

⁸ « La position kilwardbienne repose sur une théorie sémantique bien définie, fondée dans son principe sur un élément bien connu de la psychologie aristotélicienne : la rémanence de l’espèce sensible dans l’appareil sensoriel au-delà de tout stimulus direct, gage de la possibilité du souvenir et de la mémoire, d’où l’on inférait, en général, la rémanence de l’espèce intelligible dans l’intellect au-delà de l’existence de l’objet de référence. », De Libera, 2002, p. 45.

⁹ Estes dois textos foram editados, mas ainda não publicados, por Sten Ebbesen.

¹⁰ O segundo argumento limita-se a indicar a distinção entre verdade complexa e incompleta, da qual decorre a distinção entre necessidade complexa e incompleta – já havíamos visto esta distinção, com referência a Aristoteles, no primeiro texto. O terceiro argumento introduz um elemento novo: a distinção no *modus significandi* – ‘necessário’ e ‘necessariamente’ significam o mesmo de modo diferentes. Esta distinção projeta-se sobre a justificativa da distinção no seguinte modo: o modo nominal significa a *necessitas terminorum*, e o adverbial, a *necessitas habitudinis*, e cada uma destas necessidades pode ser projetada sobre a outra. Mais precisamente, como o texto *B* dirá, as necessidades complexa e incompleta do modo nominal se projetam sobre o modo adverbial do sofisma. Este é dependente da distinção aplicada ao modo nominal. Notar que um *Anonymus Cracoviensis* diz que se trata da distinção entre necessidade absoluta e relativa, o que sugere um outro tipo de desenvolvimento para o problema: „Hoc habito quaeritur de alia distinctione quae ponitur, sc. quod hoc quod est ‘necessario’ potest dicere necessitatem absolutam vel respectivam; si primo modo, sic est falsa, si secundo modo sic est vera.”, *Anonymus Cracoviensis, Sophismata.*, cod. Kraków, BJ 649.

¹¹ Ver, por exemplo, K[265rb]: “Quod per se inest, de necessitate inest et omni; sed animal per se inest homini, quia omne quod cadit in diffinitione alicuius per se inest ei: sed animal cadit

in diffinitione hominis; quod patet cum dicitur “homo est animal rationale, mortale”: ergo animal de necessitate inest homini; ergo oratio per quam hoc denotatur erit vera, haec scilicet “omnis homo etc.”.

¹² „*Ad oppositum*. Possibile est quo posito in esse nullum accidit impossibile, verbi gratia possibile est me esse nigrum. Sed ponatur in esse me esse nigrum nullum accidit impossibile. Sed possibile est nullum hominem esse, possibile enim est Sortem non esse, Platonem non esse, et sic de singulis; ergo possibile est nullum hominem esse. Ponatur ergo in esse et nullum accidet inconueniens, haec igitur est possibilis tantum «nullus homo est», sed sequitur «nullus homo est, ergo nullus homo est animal», quia quod non est non est animal; ergo haec est possibilis tantum «nullus homo est animal»; sed haec est possibilis tantum cuius oppositum est possibilis tantum, haec scilicet «omnis homo est animal»; ergo non necessaria; ergo non omnis homo de necessitate est animal. Et ita patet quod prima falsa.“

¹³ Ver ainda: „Consequenter *respondendum est ad argumentum quod probat propositionem falsam esse*, ex quo concedimus ipsam esse veram. Quando ergo dicitur «possibile est quo posito in esse nullum sequitur inconueniens, sed possibile est nullum hominem esse», concedo bene quod haec est vera «possibile est nullum hominem esse», sed non sequitur «nullus homo est, ergo nullus homo est animal», immo est ibi fallacia secundum quid et simpliciter, sicut haec «nullus homo est albus, ergo nullus homo est albus secundum dentes»; unde sicut haec est fallacia secundum quid et simpliciter «Sor est albus secundum dentes, ergo Sor est albus» procedendo a secundum quid ad simpliciter, esse enim album secundum dentes est esse album secundum quid. Similiter in consequentia econtrario est fallacia secundum quid et simpliciter a simpliciter procedendo ad secundum quid, ut cum dicitur «Sor non est albus, ergo non est albus secundum dentes», non esse enim album secundum dentes est non esse album secundum quid, sed non esse album est non esse album simpliciter, et ideo est ibi fallacia a simpliciter ad secundum quid. A simili dico in proposito, sicut non sequitur «homo est animal, ergo homo est», sed est ibi fallacia secundum quid et simpliciter procedendo a secundum quid ad simpliciter, ita non sequitur in consequentia econtrario «nullus homo est, ergo nullus homo est animal» quia non esse animal est non esse secundum quid, et ideo non sequitur quod haec sit possibilis «nullus homo est animal»; et ideo argumentum non valet.“, Anonymus Erfordensis, Erfurt, 4^o 328, Fol. 10ra.

Referências bibliográficas

ANONYMUS ERFORDENSIS. Erfurt, 4^o 328, Fol. 7vb-10rb. Ed. S. Ebbesen. Não publicado.

DE LIBERA, Alain. 2002. *La Référence Vide*. Paris:Vrin.

EBBSEN, Sten. 2006. *By Necessity*. In Hirnoven, V., T. J. Holopainen e M. Tuominen (eds.) *Mind and Modality – Studies in the History of Philosophy in Honour of Simo Knuuttila*. Leyden: Brill.141-152.